



Eixo 4 - Ciência da Informação: diálogos e conexões

A educação patrimonial como estratégia de difusão cultural no Arquivo Histórico do TJMA (2022-2026)

*Heritage Education as a Strategy for Cultural Dissemination at the TJMA
Historical Archive (2022–2026)*

Leonei de Maria Brito Martins – Universidade Federal do Maranhão (UFMA) –
neidemartbrito2018@gmail.com

Christtoferson Melo Cunha de Oliveira – Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) –
cmoliveira@tjma.jus.br

Resumo: O presente artigo analisa a Educação Patrimonial (EP) como ferramenta primordial de difusão cultural e mediação arquivística no Arquivo Judiciário "Desembargador Milson de Souza Coutinho", do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), entre 2022 e 2026. A investigação fundamenta-se em pesquisa exploratória, documental e vivência de campo, tendo como objeto de referência o projeto "Arquivo Escola". Discutem-se as ações de preservação e extroversão do acervo, com ênfase na transcrição de fontes primárias e no uso de metodologias lúdicas para o ensino de História. Os resultados evidenciam que a EP promove a redução do distanciamento entre o Poder Judiciário e a sociedade, consolidando o Arquivo como um centro ativo de reflexão sobre direitos humanos, memória da escravidão e identidade maranhense.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Arquivo Judiciário. Memória. TJMA. Difusão Cultural.

Abstract: This article examines Heritage Education as a fundamental instrument for cultural dissemination and archival mediation at the *Desembargador Milson de Souza Coutinho* Judicial Archive, part of the Court of Justice of Maranhão (TJMA), for the period 2022–2026. The study adopts an exploratory and documentary research design, complemented by direct field observation, taking the "Archive as School" project as its primary reference. It analyzes initiatives for the preservation and public accessibility of the archive's holdings, with particular focus on the transcription of primary sources and the application of interactive methodologies in the teaching of History. The results demonstrate that Heritage Education contributes to bridging the gap between the



Judiciary and civil society, establishing the Archive as a dynamic space for reflection on human rights, the historical memory of slavery, and the cultural identity of Maranhão.

Keywords: Heritage Education. Judiciary Archive. Memory. TJMA. Cultural Diffusion.

1 INTRODUÇÃO

As instituições arquivísticas contemporâneas vivenciam uma mudança paradigmática que redefine sua missão social: deixam de ser compreendidas apenas como espaços de custódia documental para se consolidarem como ambientes de produção de conhecimento, preservação da memória e mediação cultural. O Arquivo Judiciário "Desembargador Milson de Souza Coutinho", responsável pela guarda do acervo histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) - terceira Corte de Justiça mais antiga em funcionamento no Brasil, instalada em 1813 -, insere-se nesse movimento ao desenvolver ações voltadas à democratização do acesso à informação e à valorização do patrimônio documental.

Ao promover a abertura de seus acervos para pesquisadores, estudantes e para a sociedade em geral, o Arquivo materializa a função social atribuída às instituições arquivísticas contemporâneas, transformando os documentos em fontes de conhecimento, memória e educação. Essa perspectiva contribui para romper a imagem do arquivo como um espaço restrito e hermético, aproximando o Poder Judiciário da comunidade e fortalecendo o exercício da cidadania por meio do acesso ao patrimônio documental (Jardim, 1996; Cook, 2011; Pereira, Silva, 2019).

A problemática que motiva este estudo reside no histórico distanciamento entre a sociedade civil - notadamente o público escolar e universitário - e os acervos arquivísticos oficiais. Sob a ótica de Nora (1993), os arquivos correm o risco de tornarem-se "lugares de memória" fossilizados, caso não haja uma ativação constante de seus significados. O objetivo central deste trabalho é analisar as estratégias de difusão cultural implementadas no período 2022-2026, que visam transformar o Arquivo em um laboratório, voltado para o ensino de História e o exercício da cidadania, aproximando a população maranhense de suas raízes jurídicas e sociais.



2 REVISÃO DE LITERATURA

A Educação Patrimonial compreende-se como um processo sistemático de alfabetização cultural (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999), voltado à formação de sujeitos capazes de interpretar, valorizar e atribuir sentidos ao patrimônio cultural em seu contexto social. Nessa perspectiva, constitui uma prática de mediação cultural que favorece o reconhecimento e a apropriação social dos bens culturais, transformando o patrimônio em um instrumento de formação cidadã, fortalecimento das identidades e participação social (Florêncio, 2012; García Canclini, 1994).

Essa apropriação está diretamente relacionada aos processos de construção da memória coletiva, entendida por Pollak (1989) como elemento dinâmico da constituição das identidades sociais. Entretanto, a memória também é permeada por disputas de poder, uma vez que, como argumenta Derrida (2001), o arquivo não apenas preserva documentos, mas define o que será lembrado ou esquecido.

Nesse contexto, os arquivos judiciais assumem relevante função social ao preservar registros de experiências, conflitos e relações sociais que frequentemente permanecem à margem da história oficial. Ao possibilitarem o acesso a essas narrativas, contribuem para enfrentar o esquecimento institucionalizado e promover uma leitura crítica do passado em diálogo com os desafios do presente. Assim, a Educação Patrimonial transforma os arquivos em espaços de reflexão, aprendizagem e cidadania, nos quais a compreensão da experiência histórica fortalece a consciência crítica e orienta a construção de uma sociedade mais democrática.

Assim, os acervos deixam de ser depósitos cartoriais e passam a figurar como legítimos "lugares de memória", na acepção de Nora (1993) - espaços onde a história se cristaliza e se torna acessível ao sentimento de pertencimento comunitário. A convergência entre essas diferentes tipologias documentais e institucionais como "lugares de encontros e intersubjetividades" (Calixto, Nunes, Freitas, Dionísio, 2012) é materializada na estrutura do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) pela Coordenadoria de Biblioteca e Arquivo, instituída pela Resolução TJ nº 10/2015 (Maranhão, 2015).

Essa integração administrativa, arquivística e técnica permite que a gestão da memória em São Luís - cidade reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1997 - seja realizada de forma holística e contextualizada. Ao tratar de forma integrada



o patrimônio documental, bibliográfico e museológico, o TJMA não apenas salvaguarda sua história administrativa, mas converte o acervo judiciário em um capital social fundamental (Bourdieu, 2002) para a preservação da memória cultural maranhense e da própria memória institucional do Judiciário.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se pela natureza exploratória e descritiva, utilizando procedimentos de revisão bibliográfica e análise documental. A observação participante e a vivência de campo foram fundamentais para a análise das ações de difusão.

A metodologia da Educação Patrimonial fundamenta-se em um ciclo pedagógico sequencial e interdependente constituído pelos processos de observação, registro, exploração e apropriação dos bens culturais, possibilitando aos sujeitos reconhecer, interpretar e atribuir novos sentidos ao patrimônio cultural em sua dimensão histórica, social e identitária (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999).

Aplicou-se a metodologia da Educação Patrimonial baseada em quatro etapas, adaptadas à realidade institucional do TJMA:

Quadro 1 – Etapas da educação patrimonial no Arquivo do TJMA

Etapa Metodológica	Atividades Práticas de Educação Patrimonial
Observação	Visitas guiadas com mediação arquivística; uso de folhetos informativos e percepção sensorial do acervo físico e dos arquivos deslizantes.
Registro	Elaboração de cartilhas, manuais e catálogos de exposições; pesquisa orientada no acervo e documentação fotográfica das atividades.
Exploração	Debates entre visitantes e historiadores; uso de QR Codes para acesso a informações complementares e análises de documentos digitais.
Apropriação	Atividades lúdicas no projeto "Arquivo Escola"; exibição de vídeos e intervenções baseadas em transcrições paleográficas.

Fonte: Adaptado de Horta; Grunberg; Monteiro, 1999.

Longe de ser uma mera sequência técnica, esse percurso metodológico, denominado "alfabetização cultural", propõe que o contato inicial e sensorial com o objeto ou manifestação evolua para uma investigação crítica de seu contexto de produção e salvaguarda. Conforme salienta Florêncio (2012), essa abordagem



transforma a ação educativa em uma mediação construtiva, na qual o patrimônio deixa de ser um fragmento estático do passado e passa a ser questionado em sua contemporaneidade.

Ao registrar e explorar o bem cultural, o indivíduo deixa a condição de espectador passivo e assume o papel de decodificador de sua própria realidade, conectando a memória coletiva às suas vivências pessoais (Pollak, 1989). Assim, a etapa final da apropriação culmina no desenvolvimento do sentimento de pertencimento e na responsabilidade compartilhada pela preservação, legitimando o patrimônio como um direito de cidadania e um capital social dinâmico (García Canclini, 1994).

4 O ARQUIVO HISTÓRICO DO TJMA: contexto institucional

O Arquivo do TJMA possui sua gênese no Decreto nº 626, de 24 de março de 1923. Sua importância é acentuada pela antiguidade da própria Corte, criada em 1811 e instalada em 4 de novembro de 1813. Atualmente, a denominação "Arquivo Judiciário Desembargador Milson de Souza Coutinho" é regida pela Resolução nº 10/2009, que revalidou a homenagem após a aposentadoria do magistrado (Maranhão, 2009).

O acervo é composto por documentos manuscritos e impressos do século XVIII ao presente, provenientes de comarcas históricas como São Luís, Alcântara, Viana, Caxias e Icatu. Entre as joias documentais, destacam-se o "Regimento da Relação de 1813" e a "Carta da Relação do Maranhão de 1832". Estruturalmente subordinado à Presidência, o órgão divide-se entre as Divisões de Acervo Administrativo e de Acervo Judicial e Histórico, operando na Unidade Administrativa V, bairro Alemanha, São Luís, Maranhão. (Martins, Gomes, Pereira, 2015).

4.1 Projeto Arquivo-Escola

Iniciado a partir da cooperação técnica com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), sob a coordenação dos historiadores Reinaldo Barroso Jr. e do Christofferson Melo e Reinaldo Barroso Júnior, o projeto Arquivo-Escola tem como foco promover a difusão cultural do acervo judicial arquivístico, de modo a “colaborar na qualificação e formação de profissionais das áreas de história, biblioteconomia, direito e áreas afins [...], na valorização sobre a memória da instituição arquivística do judiciário” (Maranhão, 2021).



No VI Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário, realizado em Belém, em maio de 2026, o TJMA foi laureado com o Prêmio CNJ Memória em duas categorias (Limeira, 2026), a saber:

1. Patrimônio Cultural Museológico: pela exposição "Ao correr da pena" (originalmente apresentada no VII Congresso Brasileiro de Arquivos em outubro de 2025), que exibiu itens raros como o Inventário da Indígena Gertrudes (1772).

2. Categoria Especial Escravidão e Liberdade: pelo projeto "Derradeiras Vontades", que transcreveu e organizou 50 testamentos de ex-escravizados (1765-1831), revelando estratégias de sobrevivência e relações afetivas do período.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO: Impactos e desafios da difusão cultural

A análise das ações entre 2022 e 2026 demonstra que a Educação Patrimonial permitiu a transição do Arquivo do TJMA de um "depósito administrativo" (lugar funcional) para um "lugar de memória" (lugar simbólico), conforme os conceitos de Nora (1993). Ao mediar temas como a escravidão para jovens de diferentes faixas etárias, o desafio foi adequar a linguagem sem esvaziar o rigor crítico. A ludicidade serviu de ponte: ao relacionar as propriedades da Ana Jansen a bairros atuais como o Anil e a Liberdade, os alunos reconheceram o acervo como parte de sua própria geografia social.

No período de 2022 a 2026, o Arquivo do TJMA recebeu um total de 423 (duzentos e dezesseis) alunos(as) de instituições educacionais da rede pública federal e estadual e do Sistema S (SENAC), localizadas nos municípios de São Luís, Rosário e Imperatriz, conforme pode ser observado na tabela seguinte.

Tabela 1 - Distribuição das instituições participantes, locais, níveis de ensino e público atendido na Gestão 2022–2024

Instituição	Local	Nível Escolar/ Acadêmico	Rede de Ensino	Total Público
Centro de Ensino Barbosa de Godóis	Bairro Monte Castelo, São Luís	Ensino Médio	Rede Estadual de Ensino	32
Centro Educa Mais Margarida Pires Leal	Bairro Alemanha, São Luís	Ensino Médio	Rede Estadual de Ensino	29
Colégio Universitário – UFMA	Campus do Bacanga	Ensino Médio	Rede Federal de Ensino	46
IFMA Rosário	Rosário (MA)	Técnico de Nível Médio	Rede Federal de Ensino	43
Curso de História – UFMA	Campus do Bacanga	Ensino Superior	Rede Federal de Ensino	22
Curso de Biblioteconomia – UFMA	Campus do Bacanga	Ensino Superior	Rede Federal de Ensino	14



Curso de Auxiliar Administrativo – SENAC/MA	Centro, São Luís	Ensino profissionalizante	Sistema S	21
Total Geral	—	—	—	207

Fonte: Elaboração própria (2026)

A análise do quadro referente à Gestão 2022–2024 demonstra que as ações desenvolvidas alcançaram um público total de 207 participantes, distribuídos entre diferentes instituições, níveis de ensino e redes educacionais. Os dados evidenciam a diversidade dos espaços formativos contemplados e a ampliação do alcance das atividades em contextos educacionais distintos.

Observa-se que o maior quantitativo de participantes foi registrado no Colégio Universitário da UFMA (COLUN), com 46 participantes, correspondendo a aproximadamente 22,2% do total. Em seguida, destaca-se o IFMA Rosário, com 43 participantes (20,8%), indicando significativa inserção das ações junto ao ensino técnico da Rede Federal de Ensino.

As instituições da Rede Estadual de Ensino também apresentaram participação expressiva. O Centro de Ensino Barbosa de Godóis contabilizou 32 participantes (15,5%) e o Centro Educa Mais Margarida Pires Leal, 29 participantes (14%). Esses dados revelam forte articulação com escolas públicas estaduais da capital maranhense, especialmente em contextos de ensino médio.

No âmbito do ensino superior, o Curso de História da UFMA registrou 22 participantes (10,6%) e o Curso de Biblioteconomia da UFMA, 14 participantes (6,8%). Embora apresentem quantitativos menores em relação aos demais segmentos, esses números demonstram a inserção das ações em espaços universitários e a interlocução com a formação acadêmica.

O Curso de Auxiliar Administrativo – SENAC/MA, vinculado ao Sistema S, contou com 21 participantes (10,1%), ampliando o alcance das atividades para o campo da formação profissionalizante.

Quanto à distribuição por rede de ensino, verifica-se predominância da Rede Federal de Ensino, responsável por 125 participantes (60,4%), considerando COLUN/UFMA, IFMA Rosário, Curso de História e Curso de Biblioteconomia. A Rede Estadual de Ensino reuniu 61 participantes (29,5%), enquanto o Sistema S concentrou 21 participantes (10,1%).



Em relação ao nível escolar/acadêmico, o Ensino Médio apresentou a maior concentração de participantes, totalizando 107 pessoas (51,7%), somando as instituições estaduais e o COLUN/UFMA. O Técnico de Nível Médio contabilizou 43 participantes (20,8%), o Ensino Superior reuniu 36 participantes (17,4%) e o Ensino profissionalizante registrou 21 participantes (10,1%).

De maneira geral, os dados demonstram que as ações realizadas durante a Gestão 2022–2024 apresentaram significativa capilaridade institucional e social, contemplando diferentes segmentos educacionais, redes de ensino e territórios formativos. Essa diversidade reforça o caráter extensionista, educativo e social das atividades desenvolvidas, evidenciando sua contribuição para a democratização do acesso à informação, à leitura e às práticas formativas.

Em relação ao período 2024/2026, foram atendidos 216 (duzentos e dezesseis alunos), distribuídos entre a rede pública federal e Sistema S, conforme dados apresentados na tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição do quantitativo de visitantes na unidade do Arquivo TJMA, no período de 2024 a 2026

Instituição	Local	Nível Escolar/ Acadêmico	Rede de Ensino	Total Público
IFMA Imperatriz	Imperatriz (MA)	Técnico de Nível Médio	Rede Federal de Ensino	86
IFMA Monte Castelo	São Luís (MA)	Técnico de Nível Médio	Rede Federal de Ensino	34
Curso de Auxiliar Administrativo – SENAC/MA	Centro, São Luís	Ensino profissionalizante	Sistema S	37
Curso de História – UFMA	Campus do Bacanga	Ensino Superior	Rede Federal de Ensino	59
TOTAL				216

Fonte: Elaboração própria (2026).

A análise dos dados evidencia que, durante a Gestão 2024–2026, foram atendidas 216 pessoas, distribuídas entre instituições de diferentes níveis de ensino e redes educacionais, o que demonstra diversidade de públicos e abrangência territorial das ações desenvolvidas.

Observa-se que a instituição com maior alcance foi o IFMA Imperatriz, com 86 participantes, correspondendo a aproximadamente 39,8% do público total. Esse resultado indica forte inserção das ações no interior do estado e destaca a relevância da atuação junto ao ensino técnico de nível médio.



O Curso de História da UFMA, localizado no Campus do Bacanga, apresentou o segundo maior quantitativo, com 59 participantes (27,3% do total), evidenciando a articulação das atividades com o ensino superior e a integração entre áreas do conhecimento.

O Curso de Auxiliar Administrativo – SENAC/MA, vinculado ao Sistema S, registrou 37 participantes (17,1%), demonstrando a inserção das ações em contextos de formação profissionalizante, ampliando o alcance para além das instituições acadêmicas tradicionais.

O IFMA Monte Castelo contabilizou 34 participantes, equivalentes a 15,7% do total. Embora apresente o menor quantitativo entre as instituições analisadas, sua participação reforça a presença das atividades em diferentes unidades da Rede Federal de Ensino.

Quanto à rede de ensino, verifica-se predominância da Rede Federal de Ensino, responsável por 179 participantes (82,9% do total), considerando IFMA Imperatriz, IFMA Monte Castelo e Curso de História da UFMA. O Sistema S representou 17,1%, com 37 participantes.

Em relação ao nível escolar/acadêmico, o ensino técnico de nível médio concentrou a maior parcela do público (120 participantes; 55,6%), seguido pelo ensino superior (59 participantes; 27,3%) e pela formação profissionalizante (37 participantes; 17,1%). Esses dados sugerem maior capilaridade das ações junto aos estudantes em formação técnica, sem desconsiderar a presença significativa nos demais segmentos.

De modo geral, os resultados revelam que as atividades desenvolvidas alcançaram públicos heterogêneos, abrangendo interior e capital, diferentes modalidades formativas e distintas redes educacionais, aspecto que fortalece as dimensões extensionista, educativa e social das ações realizadas.

Os documentos históricos e arquivísticos do TJMA referenciam diferentes períodos históricos da sociedade maranhense, fruto de decisões jurídicas, preservando a memória cultural e os feitos judiciais. Ao trazer a público o acesso a documentos sobre escravizados, o Arquivo contribui para combater revisionismos e evidencia a agência de povos indígenas e negros no processo judicial maranhense. O uso de fontes primárias torna-se, assim, um antídoto contra o trauma cultural, transformando documentos de dor em instrumentos de ensino e de reflexão crítica e contextualizada.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) entre os anos de 2022 e 2026 consolidou, de forma definitiva, a Educação Patrimonial como a principal estratégia de difusão arquivística da instituição. As ações desenvolvidas ao longo desse quadriênio demonstram empiricamente que é viável e necessário convergir a rigidez da gestão documental técnica com uma práxis de mediação cultural sensível e inclusiva, capaz de alcançar públicos historicamente alijados do universo jurídico.

Nesse contexto, os arquivos judiciais assumem relevante função social ao preservar registros de experiências, conflitos e relações sociais que frequentemente permanecem à margem da história oficial. Ao possibilitarem o acesso a essas narrativas, contribuem para enfrentar o esquecimento institucionalizado e promover uma leitura crítica do passado em diálogo com os desafios do presente. Assim, a Educação Patrimonial transforma os arquivos em espaços de reflexão, aprendizagem e cidadania, nos quais a compreensão da experiência histórica fortalece a consciência crítica e orienta a construção de uma sociedade mais democrática.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CALIXTO, José António; NUNES, Manuela Barreto; FREITAS, Maria Cristina Vieira de; DIONÍSIO, Andreia. **Bibliotecas públicas, exclusão social e o fim da esfera pública**. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11., 2012, Lisboa. *Anais eletrônicos...* Lisboa: BAD, 2012. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/340>. Acesso em: 20 dez. 2025.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. In: HEYMANN, Luciana Quillet; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 17-82.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: IPHAN, 2012. p. 22-29. Disponível em: <https://bibliotecadigital->



web.iphan.gov.br/server/api/core/bitstreams/ccc446f3-9b97-4871-b49a-1757abef5637/content. Acesso em: 17 jan. 2026.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, p. 94 - 115, 1994. Disponível em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/handle/123456789/537>. Acesso em: 28 dez. 2025.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

JARDIM, José Maria. **Sistemas de informação de arquivos públicos e cidadania**. Niterói: Muiraquitã, 1996.

LIMEIRA, Danielle. **TJMA conquista duas premiações nacionais no VI Encontro de Memória do Poder Judiciário**. *Tribunal de Justiça do Maranhão*, São Luís, 11 maio 2026, 13h55. Atualizado em 11 maio 2026, 15h44. Disponível em: <https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/521680/tjma-conquista-duas-premiacoes-nacionais-no-vi-encontro-de-memoria-do-poder-judiciario>. Acesso em: 27 maio 2026.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça. **Resolução nº 10/2009**. Dispõe sobre a denominação do Arquivo Judiciário. São Luís: TJMA, 2009.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça. **Proposta Arquivo Escola**. São Luís, 2021.pdf.

MARANHÃO. Tribunal de Justiça. **Resolução nº 31/2025**. Institui o Programa de História Oral "Preservando Histórias e Narrativas da Justiça Maranhense". São Luís: TJMA, 2025.

MARTINS, Leoneide Maria Brito; GOMES, Vanessa Alexandra Souza; PEREIRA, Carlos Magno Belo. O catálogo como instrumento de pesquisa histórica em arquivo jurídico: uma análise das descrições arquivísticas dos processos judiciais históricos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão no período entre 1767 a 1975. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO, 12., 2015, Lisboa. **Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**. Lisboa: Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2015. v. 1, p. 1018-1028. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/20797>. Acesso em: 27 jan. 2026.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 17 jan. 2026.

PEREIRA, Diogo Baptista; SILVA, Eliezer Pires da. Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **Ágora: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 1–22, 2019. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/754>. Acesso em: 27 jan. 2026.



POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em:
27 jan. 2026.

